

Perlaboração: feminilidade e transformação do eu na técnica da psicanálise

Paulo de Carvalho Ribeiro

As relações entre formação do eu, recalçamento, sedução originária, passividade e feminilidade são aqui explicitadas, com a finalidade de esclarecer as transformações do eu durante o tratamento psicanalítico.

Os principais artigos de Freud sobre a técnica da psicanálise foram escritos entre 1911 e 1915. Nesta época o narcisismo era introduzido na teoria psicanalítica e começava uma nova fase do pensamento de Freud. Os principais textos da metapsicologia e noções importantes (como a compulsão à repetição) aparecem neste mesmo período, que coincide também com as primeiras

dissenções dentro do movimento psicanalítico. Trata-se, portanto, de um período particularmente rico e complexo da história da psicanálise, o que torna a tarefa de abordar a questão da técnica da psicanálise uma empreitada bastante difícil e também muito arriscada.

Paulo de Carvalho Ribeiro é professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFMG, Doutor em Psicanálise pela Universidade Paris VII.

O risco reside principalmente na obrigatoriedade de se levar em conta, dando-lhe o devido peso, o tema do narcisismo e o conceito de eu que permeiam toda a teorização freudiana sobre a técnica da psicanálise. Dois perigos principais se apresentam sempre que este conceito entra em pauta. O primeiro consiste no que poderíamos denominar de desvio funcionalista, na medida que pretende reduzir o eu a uma simples instância de adaptação à realidade, capaz de preservar, mesmo que seja parcialmente, seu poder decisório face às divergentes exigências da pulsão, da realidade e das instâncias ideais e superegóica. O segundo, não menos insidioso que o primeiro, consiste em ver no eu apenas uma imagem cuja função no aparelho psíquico se resume ao engano, à alienação e ao desconhecimento; devendo portanto, em última instância, ser combatido pelo processo psicanalítico até que dele (do eu) se “consumam as últimas miragens”¹.

Ao longo deste texto, procuraremos abordar a questão do eu em psicanálise, a partir de um ponto de vista genético, tentando mostrar suas indissolúveis relações com o inconsciente² e a necessidade de levá-lo à morte durante o tratamento psicanalítico. Morte esta, no entanto, que não significa sua definitiva consumação, mas, ao contrário, vincula-se à idéia de transformação e permite que levemos em conta a possibilidade de várias mortes do eu, assim como a possibilidade de uma análise que, mesmo chegando a seu fim, permanece sempre passível de ser recomeçada.

Começemos então por localizar nos textos técnicos de Freud alguns elementos teóricos através dos quais possamos estabelecer conexões entre as questões atinentes ao narcisismo e aquelas diretamente ligadas à técnica da psicanálise. Um desses elementos diz respeito à duração do tratamento analítico.

A perlaboração transforma uma percepção intelectual de um mecanismo inconsciente numa espécie de aquisição vivencial.

Embora somente em “Análise terminável e interminável” o tema da duração da análise venha ocupar o centro das preocupações de Freud, ele já se encontra presente em vários dos textos técnicos escritos entre 1911 e 1915. Seja, por exemplo, através da comparação entre a rapidez do método hipnótico e a duração prolongada de uma análise pelo método da associação livre; seja através da condenação do analista afoito que se vangloria de, já na primeira entrevista, lançar ao rosto do paciente a tradução de seus sintomas; ou ainda através da valorização da transferência como instrumento de trabalho da análise, nestas passagens e em inúmeras outras de mesmo teor o pensamento de Freud é bastante claro e poderia se resumir na seguinte conclusão: para que o sintoma neurótico possa ser resolvido, não basta que seu sentido inconsciente seja comunicado ao paciente, assim como também não é suficiente que uma determinada quantidade de afeto seja ab-reagida. O conceito de *perlaboração*³ (*Durcharbeitung*) vem, em 1914, nomear e dar um pouco mais de precisão justamente a esta idéia de um verdadeiro trabalho psíquico indispensável ao sucesso terapêutico da análise.

Mas qual a relação do conceito de perlaboração com a introdução do narcisismo na teoria psicanalítica e como esta relação pode contribuir para a compreensão dos textos técnicos de Freud? Para respondermos a esta questão, uma rápida referência a dois outros textos escritos em 1915 se impõe, a saber: “Luto e melancolia” e “Sobre a transitoriedade”. Antes porém, é importante assinalar que o sentido da perlaboração - e principalmente sua articulação com a rememoração e a repetição - não foi totalmente explicitado por Freud. Retenhamos, por enquanto, apenas alguns aspectos centrais do conceito em questão: a perlaboração age sobre as resistências de modo a garantir a efetividade terapêutica da interpretação das mesmas pelo analista; ela transforma uma percepção meramente intelectual de um determinado mecanismo inconsciente numa espécie de aquisição vivencial do mesmo.

Trabalho do luto e perlaboração

Duas constatações de natureza idêntica se impõem ao racionalista Freud em “Recordar, repetir e

perlaborar” e “Luto e melancolia”. Trata-se, no primeiro destes dois textos, da constatação (pelos “principiantes da clínica psicanalítica”) que uma determinada resistência, ao ser apontada ao paciente pelo analista, não resulta em sua superação imediata, mas acarreta, ao contrário, seu recrudescimento. Em “Luto e melancolia”, por sua vez, trata-se da constatação, poder-se-ia dizer quase indignada, de uma recusa do sujeito enlutado em aquiescer à evidência da perda irreparável do objeto e a conseqüente aderência insensata da libido ao objeto perdido. Num caso como no outro um determinado trabalho se impõe antes que os resultados esperados sejam atingidos. No caso da resistência, uma perlaboração se interpõe entre sua interpretação pelo analista e sua superação pelo paciente; no luto, o “trabalho do luto” (*Trauerarbeit*) deverá ser concluído antes que a libido se encontre novamente disponível para ser reinvestida num outro objeto. Freud descreve assim o trabalho do luto:

“Normalmente prevalece o respeito pela realidade (da perda do objeto), ainda que suas ordens não possam ser obedecidas de imediato. São executadas pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia catexial, prolongando-se psiquicamente, neste meio tempo, a existência do objeto perdido. Cada uma das lembranças e expectativas isoladas, através das quais a libido está vinculada ao objeto, é evocada e hipercatexizada, e o desligamento (*Lösung*, análise) da libido se realiza em relação a cada uma delas.”⁴

Este trabalho, cujo caráter doloroso não pode ser explicado do ponto de vista econômico, é um trabalho do eu, segundo Freud. Seu caráter minucioso, sua longa duração e seu curso dificultado por forças que a ele se opõem não deixam de aproximá-lo do trabalho exigido pelo tratamento psicanalítico. Podemos então formular a hipótese segundo a qual a perlaboração

guarda relações estreitas com o trabalho do luto e, assim como este, é também um trabalho do eu.

Duas questões importantes se colocam a partir desta aproximação. A primeira diz respeito às diferenças desses dois trabalhos dos quais acabamos de sugerir a aproximação. Se já temos uma idéia do que os aproxima, resta agora saber o que os diferencia. Trataremos disto um pouco mais à frente. A segunda questão surge da seguinte ponde-

acusação e auto-condenação que caracteriza o paciente melancólico é visto por Freud como um abaixamento extremamente acentuado do sentimento do eu (*Ichgeföhls*), fato este que, num primeiro momento, permite diferenciar, de um ponto de vista metapsicológico, o luto da melancolia: enquanto no primeiro estamos diante de uma *perda quanto ao objeto*, na segunda deparamo-nos com uma *perda quanto ao eu*. No entanto, a separação bem defi-

A perlaboração, cujo caráter doloroso não pode ser explicado do ponto de vista econômico, guarda relações estreitas com o trabalho do luto, e é também um trabalho do eu.

ração: se a perlaboração age, se não exclusivamente, pelo menos de forma preferencial sobre a resistência, como conciliar a perlaboração enquanto trabalho do eu implicado na superação de resistências e a implicação não menos intensa do eu na própria resistência e, principalmente, na transferência como resistência? Trataremos mais a frente de desenvolver os argumentos que nos permitirão superar esta aparente contradição. Retomemos, por enquanto, nossa reflexão sobre o trabalho do luto.

O narcisismo é o instrumento teórico que permitirá a Freud explicar a melancolia tomando como referência o trabalho do luto. Todo o processo de auto-depreciação, auto-

nida entre os dois processos se torna muito menos nítida quando essa perda quanto ao eu é explicada pelo mecanismo de identificação narcísica. As acusações que o melancólico dirige a si mesmo são na verdade endereçadas a um objeto escolhido à sua imagem e semelhança, o que, por ocasião de uma perda, virá favorecer uma regressão capaz de redirecionar ao próprio eu a libido anteriormente investida no objeto. O maior ou menor grau de ambivalência dos sentimentos que ligam o melancólico ao objeto determinarão, em última instância, a intensidade do abaixamento do sentimento do eu: ele será tanto mais intenso quanto mais importantes forem os sentimentos negativos que

se misturam ao amor dirigido ao objeto perdido.

Em “Sobre a transitoriedade”, Freud retoma o tema do luto para mais uma vez salientar a existência de um trabalho necessário ao desligamento da libido investida no objeto perdido. Nesse texto o luto é visto como “um grande enigma” e, assim como em “Luto e melancolia”, é o caráter extremamente doloroso desse trabalho de desligamento da libido que parece representar para Freud seu aspecto mais enigmático. Com efeito, o modelo econômico clássico de explicação da dor - segundo o qual ela seria resultante de um aporte excessivo de energia ou uma produção interna da mesma capaz de sobrecarregar ou mesmo danificar o aparelho psíquico - não pode ser aplicado ao luto na medida em que não se trata neste caso de nenhum excesso de energia, muito antes pelo contrário. Torna-se assim compreensível a afirmação de Freud segundo a qual a dor do luto não pode ser facilmente explicada pelo modelo econômico. O enigmático, no entanto, é que ele não tenha aplicado ao luto as mesmas conclusões tiradas do mecanismo da melancolia. Para tanto bastaria que tivesse reconhecido nas alterações do eu no luto o resultado de uma identificação narcísica ao objeto e a inevitável perda quanto ao eu decorrente da perda deste objeto.

Ora, o sentimento de culpa da pessoa em luto, a ambivalência de seus sentimentos relativos ao morto e a retração quase total de seu interesse pelo mundo não deixam de sugerir uma perda quanto ao eu tão importante quanto na melancolia. Embora esta não seja uma conclusão que Freud tenha extraído de suas próprias proposições, o que se depreende deste raciocínio fundado na economia libidinal do luto e da melancolia é que, tanto num quanto noutro caso, a perda do objeto (seja ela de natureza concreta ou subjetiva) implica numa perda do eu, colo-

cando assim em evidência a *natureza narcísica e identificatória de toda escolha objetal*.

O trabalho do luto revela-se assim como um trabalho do eu no sentido de um trabalho de decomposição e recomposição do próprio eu. Trabalho este que, aos olhos de Freud, é um trabalho de *análise (Lösung)* e cujo princípio pode ser transposto para a perlaboração enquanto trabalho indispensável ao tratamento psicanalítico. Mas embo-



ra o trabalho do eu seja ordenado pelo mesmo princípio nos dois casos, uma diferença fundamental separa nitidamente o trabalho do luto da perlaboração. Enquanto no luto e na melancolia uma perda quanto ao eu é determinada por uma perda efetiva do objeto, condenando o primeiro ao trabalho; na perlaboração a perda deverá se verificar ao fim do trabalho, e ela será sempre o equivalente a uma morte do eu. Em resumo, no luto a perda leva ao trabalho, enquanto que na perlaboração o trabalho leva à perda.

Prosseguindo então nesta linha de raciocínio que toma o trabalho de luto como referência para o trabalho exigido do eu durante a análise, nosso próximo passo será a formulação das seguintes questões: a) Qual a natureza das transformações do eu no tratamento psicanalítico e em que sentido elas estão comprometidas com a morte do eu? b) Qual a relação dessas transformações com o inconsciente e o recalçamento? c) Qual é o papel do analista neste processo de transformação?

Para respondermos a estas questões, lançaremos mão de alguns aspectos da teoria da sedução generalizada de J. Laplanche e de algumas idéias de Jacques André sobre as origens femininas da sexualidade. Devido a limitações de espaço, deveremos nos contentar com uma apresentação esquemática dessas idéias.⁵

Sobre a origem do eu e a sedução originária, ressaltamos três pontos principais: 1) Ao estado de prematuração neuro-fisiológica do bebê humano vem se somar um fator fragmentador que é a sexualidade inconsciente do adulto; o autoerotismo e as pulsões parciais são assim direta e estreitamente ligados à sedução originária da criança pela adulto. 2) Desde sua origem o eu tem uma função defensiva; as fronteiras que o constituem são erigidas em contraposição ao potencial atacante de “corpos estranhos sexuais-pré-sexuais” resultantes de uma inevitável sedução originária. Entretanto, ao invés de excluir estes verdadeiros precursores da pulsão, o eu os circunscreve, conferindo-lhes assim seu caráter de interioridade. 3) Na sedução originária a criança é passiva; trata-se de uma passividade cujo fundamento é a desigualdade quanto à dimensão do sexual, onde o adulto aparece como portador de uma sexualidade desviante (no sentido polimorfo dos *Três ensaios*, mas também no sentido de ser desviante com relação

àquilo que o próprio adulto tem possibilidade de reconhecer como sendo sua sexualidade) e uma criança incapaz de reconhecer como tais as mensagens sexuais que lhe são endereçadas, e muito menos de resistir aos efeitos destes implantes sexuais que lhe são impostos pelo adulto.

Sobre as origens femininas da sexualidade nos limitaremos aos seguintes pontos: 1) Jacques André utiliza o conceito de sedução originária para restituir ao par passividade/feminilidade seu caráter de necessidade, evitando, assim, lançar mão de argumentos

dade tem precedência sobre a atividade, sendo que essa última surge como uma “elaboração-distanciação” da primeira, como ilustra, por exemplo, o “jogo da bobina”. Entre o que ele denomina de “ser invadido originário” (*être effracté originnaire*) e o “ser penetrado feminino” (*être pénétré féminin*) algum grau de elaboração já se encontra presente, mas não o suficiente para evitar que a feminilidade sofra, pela proximidade que continua a manter com estes primeiros elementos nucleares do inconsciente, os mais intensos efeitos do recalçamento.

Para que todos esses elementos sensoriais implantados sobre o corpo ainda despedaçado da criança se tornem atacantes, internos e pulsionais, é necessário que uma primeira organização do corpo enquanto totalidade seja transposta em representações psíquicas onde se misturam imagem do corpo unificado e “imagem” da própria função de integração. O eu se cria então não apenas como antecipação imaginária de uma maturação ortopédica, mas também e principalmente como oposição ao caráter dispersivo e excessivo do aporte pulsional proveniente do outro. O momento de surgimento do eu é também o momento de surgimento de uma oposição fundamental entre este ser de fronteiras e de unificação que ele é e um corpo auto-erótico desagregado onde se acumulam, sem se organizarem, as experiências corporais passivas, de penetração, intrusão, implantação, intromissão, etc.

Pois bem, o surgimento do eu se confunde assim com o recalçamento originário; o eu se constitui pela oposição/exclusão interna desse “ser invadido originário” constituindo-o assim num polo de atração em torno do qual se aglutinarão as representações secundariamente recalçadas. No entanto, entre as primeiras representações do eu e as vivências relativas à sedução originária existe, a meu ver, oposição, mas não conflito. A entrada em cena do conflito requer que essa oposição originária seja reproduzida no interior do eu como oposição sexuada, ou seja, como oposição entre masculino e feminino. Ora, masculino/feminino, fálico/castrado, homem/mulher são categorias indissociáveis do complexo de Édipo e de sua incidência sobre as identificações, a escolha de sexo e de objeto sexual. Por razões óbvias não abordaremos aqui estes temas cuja importância para o prosseguimento de nossos argumentos é, no entanto, essencial. Limitar-me-ei a solicitar àqueles que me acompa-

Masculino/feminino, fálico/castrado, homem/mulher são categorias indissociáveis do complexo de Édipo e de sua incidência sobre as identificações, a escolha de sexo e de objeto sexual.

falocêntricos. 2) A passividade inextrincavelmente ligada à feminilidade é uma “passividade pulsional”, que não tem nenhuma proximidade com uma simples negação da atividade ou com um suposto “silêncio” psíquico ou fisiológico da vagina. 3) Essa passividade pulsional é por ele formulada nos seguintes termos: “gozar (*juir*) daquilo que (lhe) acontece, participar com gozo (*avec jouissance*) daquilo que (em você) penetra, faz intrusão - isto quer dizer a ligação íntima entre a passividade e o dentro (*le dedans*)”⁶. 4) Para ele (e para Freud igualmente) a passivi-

A origem do eu e o recalçamento

A constituição do eu-corporal e sua metaforização sob forma de instância do aparelho psíquico é inseparável da situação de sedução originária e desse “ser invadido originário” através do qual a feminilidade e a passividade pulsional vêm se instalar nas origens da sexualidade. O eu é, portanto, inconcebível sem que se leve em conta a noção de defesa psíquica contra o ataque interno pulsional. Mas o engano seria pensar que este ataque interno existe anteriormente ao eu.

nharam até este ponto que retenham a idéia segundo a qual a introdução dessas categorias edípicas resulta numa transformação da oposição originária numa organização psíquica muito mais complexa e dominada pelo conflito entre dois grandes grupos de pulsões. O primeiro deles comprometido com Eros, com o narcisismo e, em última instância, com todas as forças de unificação representadas pelo eu; o segundo, intimamente vinculado à dispersão auto-erótica, às forças “demoníacas” associadas por Freud à pulsão de morte e à compulsão à repetição. O mais importante, no entanto, é que preservemos, no seio dessa última concepção freudiana do dualismo pulsional, justamente aquilo para cuja perda em seu pensamento a introdução da pulsão de morte contribuiu decisivamente, a saber, a coincidência do inconsciente com o recalçado. Todo o domínio da pulsão de morte, tomada no sentido laplanchiano de “pulsão sexual de morte”⁷, recobre, do nosso ponto de vista, o campo do recalçado por excelência, ou seja, o campo do “ser invadido originário” e de seus derivados, todos eles incluídos na rubrica da passividade pulsional e de uma feminilidade originária, da qual só encontramos vestígios no que comumente conhecemos como identificações femininas dos homens ou das mulheres. No outro pólo do conflito psíquico, no pólo recalcante, situam-se as forças solidárias do eu; forças de unificação, que encontrarão na potência fálica e na identificação masculina seus representantes mais eficazes.

O estado de inacabamento e precariedade do eu

A idéia de um eu forte, coeso e parcialmente preservado de conflito - que muitas vezes nos apressamos em atribuir à psicanálise anglo-saxônica, esquecendo ou mesmo escamoteando suas raízes no pen-

samento do próprio Freud - contrasta, do ponto de vista das manufestações do eu, justamente com aquilo que me parece ser sua característica, se não uma das mais essenciais, pelo menos uma das mais evidentes, qual seja, sua permanente busca de confirmação. Como conciliar as idéias de força e coesão com esta verdadeira obsessão pela consolidação, com esta autêntica compulsão à busca de um estado de acabamento? *O eu é uma instância precária cujo destino é se infirmar na razão direta de sua busca de afirmação.*

cária de sua implantação e pela fixidez de seu conteúdo. Da primeira destas características resulta a necessidade interminável de confirmação pela repetição, ao passo que da segunda decorre a monotonia do padrão incessantemente repetido. A esta interminável busca de confirmação da identidade, Lichtenstein dá o nome de “princípio de identidade” (*identity principle*), que ele concebe como sendo um “além do princípio de prazer” onde compulsão à repetição e confirmação de identidade convergem. Embora muitas das idéias de Lichtenstein sejam criticáveis ou até

Todo o domínio da pulsão de morte, tomada no sentido laplanchiano de “pulsão sexual de morte”, recobre, do nosso ponto de vista, o campo do recalçado por excelência.

Curiosamente, esta associação do eu com a incompletude e a busca de confirmação pode ser encontrada num artigo, tornado clássico, de Heinz Lichtenstein, publicado nos Estados Unidos em 1961, num dos principais órgãos de divulgação da *Ego Psychology*.⁸ Nesse artigo, do qual nos limitaremos a mencionar algumas idéias centrais⁹, Lichtenstein faz a ligação entre a “sexualidade não procriativa” e o que ele denomina de “tema de identidade” (*identity theme*). Esse último, tendo sido impresso na criança (*imprinted upon the child*) a partir do inconsciente da mãe, caracteriza-se pela natureza pre-

mesmo facilmente refutáveis, a concepção do eu que transparece de seu artigo encontra-se, paradoxalmente, muito mais próxima, por exemplo, da noção de “identificação ao traço unário” de Lacan do que do eu autônomo e adaptativo da Psicologia do Ego.

O conceito de identidade é, a meu ver, o ponto mais problemático do pensamento de Lichtenstein. Acreditar que inadvertidamente, tanto quanto que inevitavelmente, a mãe imprime sobre a criança apenas um tema de identidade equivale a considerar o inconsciente da mãe (e o inconsciente em geral)

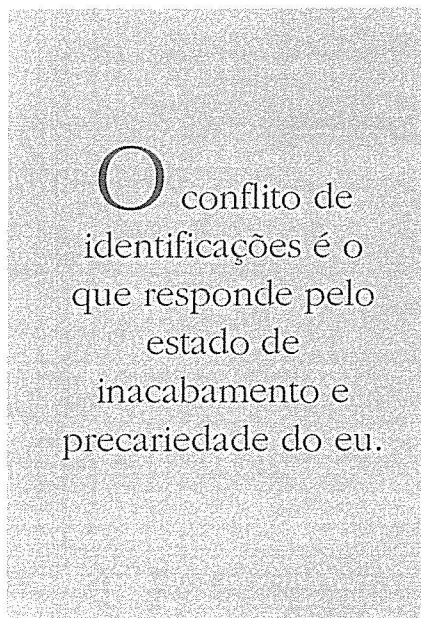
como algo monolítico e assim negligenciar a multiplicidade, heterogeneidade e incompatibilidade mútua dos elementos identificatórios que ele é capaz de imprimir sobre a criança. Mesmo que seja possível e até necessário pensar numa espécie de hierarquia das identificações, deixando assim uma margem para a consideração de identificações que poderíamos chamar de primárias, fundantes ou primordiais, é absolutamente indispensável abrir mão da idéia de identidade em prol de uma concepção do eu como uma rede de identificações impossíveis de serem completamente conciliadas entre si, o que não nos deixa muito longe da metáfora do campo de batalha onde cada identificação ou grupos de identificações lutam em vão para se tornarem a identidade.

O conflito de identificações é o que responde então pelo estado de inacabamento e precariedade do eu. Mas embora seja um conflito interno ao eu, sua origem e seu motor se encontram na oposição originária entre o eu e o recalçado originário, ou seja, entre o eu e toda a constelação de registros pulsionais produzidos pela sedução originária. O eu oficial, ou seja, aquele que num determinado momento se equilibra no fio tênue da consciência como representante da totalidade do sujeito, só é concebível como pólo de recalçamento e denegação de tantos outros Eus de cujas existências subterrâneas a oficialidade nos dá a evidência pela própria insistência com a qual quer se fazer reconhecer. Quanto mais próxima, quanto maiores as possibilidades de conexão de uma determinada identificação com a posição passiva diante da sedução originária e a passividade pulsional que dela origina, maiores serão as forças recalçadoras que sobre ela incidirão. Quanto mais distanciada, maiores as possibilidades de ser reconhecida como eu e assim servir ao contra-investimento dos elementos recalçados. A identi-

ficação a Aníbal pode facilmente integrar o eu oficial do homem Freud; o mais difícil é aí incluir uma identificação a Roma enquanto cidade invadida pelo herói conquistador.

A técnica da psicanálise, a resistência e a linguagem

As tentativas intermináveis de consolidação do eu e sua busca incessante de auto-afirmação lançam mão dos mais variados artifícios. Na



verdade, dificilmente conseguiremos isolar uma única atividade da vida cotidiana que não esteja comprometida, em algum grau, com a sustentação do eu. Desde a mais prosaica *toilette* matinal até uma solene participação nas mais conspícuas atividades sociais, enquanto estamos em estado de vigília, não deixamos, um instante sequer, de pagar nosso tributo ao eu.

Uma atividade porém se destaca das demais por seu profundo comprometimento com a sustentação do eu: a linguagem. Arriscaria dizer que usamos a linguagem com a finalidade precípua de afirmação do eu. Buscamos, das formas as mais extremadas, colocar a lingua-

gem a serviço exclusivo do que reconhecemos como eu; a serviço daquilo que julgamos poder ser dito. E o que pode ser dito é sempre eu, nos parece sempre lógico, razoável e previsível.

Mas para desespero dos eus e regozijo da psicanálise, a linguagem jamais fez concessões incondicionais à egolatria, assim como jamais se conformou inteiramente a qualquer lógica que seja. Bastaria apontar para a impossibilidade de uma afirmação que não traga consigo uma ou várias negações para que todo o projeto afirmativo do eu se revele absolutamente inverificável. Não seria então preciso mais do que a mais banal dialética: eu sou eu; quer dizer, eu não sou outro; quer dizer, é preciso que haja outro para que eu me afirme eu; logo eu e outro somos inseparáveis e mutuamente dependentes. Bastaria isto, mas a linguagem se presta a outros jogos além da afirmação/negação: lapsos, jogos de palavras, metáforas, neologismos, esquecimentos, etc... um verdadeiro parque de diversões lingüístico onde o eu perambula de terno e gravata enquanto as crianças se divertem.

Poderíamos dizer que a técnica do início de uma análise consiste em brincar com as crianças sob o olhar atento e desconfiado do eu até que ele possa se aventurar na montanha russa, ou seja, na associação livre. Mas toda a dificuldade situa-se justamente em administrar a presença e participação do eu nos jogos de linguagem analíticos. Em primeiro lugar, é preciso que ele não se ausente pura e simplesmente, pois neste caso já não estaríamos mais no registro da livre associação e sim no campo da hipnose. Se, segundo Freud, "o recordar, tal como era induzido pela hipnose, só podia dar a impressão de um experimento realizado em laboratório"¹⁰, o que explica esta artificialidade é precisamente o estado de suspensão em que se encontra o eu do paciente, em benefício do eu do

hipnotizador. O estado de hipnose impede que a experiência de “recordação” tenha o caráter de experiência vivenciada, já que essa última exige um trabalho do eu onde o “estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo de alcance do tratamento...”¹¹. Em segundo lugar, é preciso que o eu, estando presente, não hipnotize o analista, impedindo-o de ver o cortejo de outros (a turba de crianças) que ele (o eu) tem por função esconder. O eu do paciente, entretanto, não tem como não tentar hipnotizar o analista. Não existe nada no eu que não seja hipnotizante neste sentido bem específico de querer se fazer passar pela totalidade indivisível do sujeito. O eu é um mestre na arte da sugestão e ele sempre sugere sua unicidade e exclusividade. E quando ele se dispõe a “cooperar”, a “fazer alianças terapêuticas”, é justamente aí que ele prima pela força hipnotizadora.

A transferência pode ser vista como a repetição, na análise, das técnicas hipnóticas que o paciente não tem como não utilizar. A transferência, neste sentido, é o resultado direto e imediato da compulsão afirmativa do eu no processo de análise. Mas, necessariamente, ela é também a compulsão denegativa do outro, inconsciente, recalcado, sexual e infantil. A compulsão à repetição, da qual a transferência é uma manifestação, deve ser vista então como um fenômeno que se produz na interface do recalcado com o recalçamento, da mesma forma, aliás, que todas as demais formações do inconsciente. A noção de compromisso entre, de um lado, a pressão exercida pelo recalcado no sentido de se fazer reconhecer pela consciência e, de outro lado, as forças do recalçamento, é uma noção indispensável para que a repetição na transferência possa ser entendida como resistência e ao mesmo tempo como fator indispensável ao tratamento psicanalítico. Ao

contrário de Freud, penso que a transferência é sempre resistência, quer se trate de transferência positiva (tanto amistosa quanto erótica) ou negativa. É justamente o fato de exprimir o desejo inconsciente pelo intermédio mesmo da oposição do eu, que lhe impõe seu caráter de resistência. Uma transferência que não fosse resistência estaria transferindo representações e afetos inconscientes em estado puro? Mesmo se admitirmos a possibilidade de existência de uma tal transferên-

em que ela é lentamente analisada, fragmento por fragmento. Se a resistência do analista corre o risco de perpetuar uma análise malograda, sua intolerância ou impaciência com a resistência do paciente geralmente leva ao abortamento de uma análise em gestação.

Todos estamos de acordo que a análise se faz através da linguagem e que a associação livre é sua regra fundamental, mas quando se trata de precisar como o analista usa a linguagem na análise, estamos lon-

A transferência é o resultado da compulsão afirmativa do eu, e é também a compulsão denegativa do outro, inconsciente, recalcado, sexual e infantil.

cia, deveríamos, neste caso, admitir também que já não estaríamos mais no campo das neuroses.

A transferência é sempre resistência; depende do analista fazer dela matéria prima indispensável à análise ou obstáculo intransponível da análise. Neste sentido, concordo com Lacan: a resistência enquanto impedimento da análise é sempre resistência do analista. Mas o engano seria pensar que a resistência do analista sempre faz com que o paciente abandone o tratamento; na maioria das vezes ela perpetua uma análise malograda. Por outro lado, não basta que o analista não resista, é preciso que ele saiba tolerar a resistência do paciente na medida

de qualquer consenso. Não há unanimidade nem mesmo quando se trata de se saber se o analista pode falar ou se deve apenas escutar e “fazer cortes”, “pontuar”. Quanto a mim, partirei do princípio que, além de escutar, o analista deve também falar, o que permite que me interroge sobre as condições de sua fala. Duas perguntas me parecem fundamentais: com quem fala o analista e sobre o que ele fala? As respostas, por sua vez, me parecem claras: o analista deve sempre falar com o outro, ou seja, o outro inconsciente que sempre fala sobre o sexual. Este outro, obviamente, é aquele contra o qual o eu se defende e que se manifesta marginalmen-

te em sua fala, o que faz com que o diálogo do analista com o inconsciente do paciente seja um diálogo forçosamente marginal. E tanto melhor se, pelo menos por um certo tempo, ele puder se fazer de tal forma que o eu do paciente apenas suspeite de sua existência, sem no entanto poder impedi-lo de se prosseguir.

A escuta analítica aparece assim inteiramente comprometida com a possibilidade de rastrear no

o discurso desse outro sexual ao qual aludimos anteriormente e ele só pode ser um discurso apócrifo, fadado a se constituir num dialeto de uso exclusivo de um determinado sujeito do inconsciente. O jogo de linguagem psicanalítico, embora sempre seja um jogo sexual, deverá então ser absolutamente individualizado, já que o dialeto criado na interlocução com um determinado inconsciente nunca servirá para a interlocução com outro inconsciente.

compartilhado por muitos. O papel da linguagem na sedução originária, além de ser ligado também, e talvez prioritariamente, ao não-verbal, deve ainda ser pensado em termos de uma linguagem parcialmente desconhecida pelo próprio falante. Poderíamos então concluir que o inconsciente resulta de algo que nos foi inoculado pela ação eficaz de um outro real, que essa ação não é lingüística no sentido comum que atribuímos à linguagem, e que esse algo inoculado é impedido de ser totalmente metabolizado, entre outras coisas, pelo caráter “escuso”, “extra oficial”, “clandestino” de sua própria inoculação.

Tendo sua origem na sedução originária, é no registro da passividade pulsional e da feminilidade que devemos esperar encontrar o essencial do inconsciente e não na estrutura da linguagem. Mas é também em torno desse mesmo registro que devemos esperar encontrar o essencial da resistência do paciente tanto quanto do analista, mas também a do teórico da psicanálise.

É no registro da passividade pulsional e da feminilidade que encontramos o essencial do inconsciente e não na estrutura da linguagem.

Freud e sua análise inacabada

No manuscrito M, de 25 de maio de 1897, Freud escrevia a Fliess:

“Pode-se suspeitar que o elemento essencialmente reprimido é sempre o que é feminino. Isto é confirmado pelo fato de que as mulheres, como também os homens, admitem com maior facilidade experiências com mulheres do que com homens. O que os homens reprimem essencialmente é o elemento de pederastia.”¹²

Em novembro do mesmo ano, na carta 75, Freud comunicava a Fliess o abandono deste ponto de vista e em “Uma criança é espancada”, texto de 1919, a recusa em “sexualizar o recalçamento” é reiterada através de uma análise crítica da teoria da bissexualidade de Fliess e do “protesto masculino” de Adler.

discurso do paciente as interpelações do inconsciente para com ele estabelecer uma interlocução que pode ser vista como um jogo de linguagem. Entretanto, o jogo de linguagem que acontece na análise não pode obedecer apenas às regras de uso da linguagem, compartilhadas por uma determinada comunidade lingüística, ou por uma determinada forma de vida. Suas regras devem também ser ditadas pelo interesse do analista em revelar no próprio discurso consciente do paciente um sentido que se produz à sua revelia e, no mais das vezes, sem respeitar as convenções de uso da linguagem. Este outro discurso com o qual a escuta analítica está comprometida é naturalmente

A primazia do sexual em psicanálise é a conseqüência inevitável das condições originárias do sujeito psíquico, ou seja, da inevitabilidade da sedução originária e de suas relações com a passividade e o feminino. Ao fazer tal afirmação, não há como escapar de uma concepção realista do inconsciente na medida em que o que aí se evidencia é o princípio metafísico da causa: a sedução originária pretende dar conta da origem do inconsciente e das características de seu funcionamento a partir dessa origem. O inconsciente que se esconde e se presentifica no discurso não é, segundo esta concepção, um puro efeito de linguagem; pelo menos se pensamos em linguagem como algo

Em 1919, no texto “Uma criança é espancada”, Freud reitera sua recusa em sexualizar o recalçamento.

No último capítulo de *Análise terminável e interminável*, Freud volta ao mesmo tema e aparentemente reabilita a tese apresentada 40 anos antes, no Manuscrito M. A importância deste surpreendente capítulo VIII do texto de 1937 justifica que nele nos detenhamos no interesse de averiguarmos alguns detalhes desta reabilitação e os enigmas que ela parece encerrar.

Freud parte da constatação de que o repúdio da feminilidade, esta “notável característica da vida psíquica dos seres humanos”, é o fator comum subjacente à inveja que as mulheres têm do pênis e à luta dos homens contra a “atitude passiva ou feminina para com outro homem”. O fato de gerar repúdio já seria, por si só, suficiente para concluirmos que a feminilidade se encontra necessariamente ligada ao desejo inconsciente, situando-se assim do lado do recalçado. A inveja do pênis e a luta contra a atitude passiva perante outro homem deveriam então, naturalmente, ser situadas do lado do recalçamento. De fato, a atitude passiva, na medida em que pressupõe a aceitação da castração, nos diz Freud, é energeticamente recalçada e na maioria das vezes dela só temos conhecimento através de “supercompensações

excessivas”. O “esforço por ser masculino” (*Männlichkeitsstreben*) é assim “completamente egossintônico desde o princípio”. Do lado da mulher, no entanto, somente durante a fase fálica, a inveja do pênis, enquanto “esforço por ser masculino”, vem se situar, de forma egossintônica, do lado do recalçamento. Com o posterior desenvolvimento da feminilidade (na puberdade) ocorre o recalçamento do complexo de masculinidade, que passará então a exercer sua influência perturbadora a partir do inconsciente. Do ponto de vista tópico e dinâmico, podemos então organizar a posição de Freud quanto ao repúdio da feminilidade da seguinte forma: no homem ele ocupa desde o início, e para sempre, as fileiras das forças recalçantes; na mulher ele se situa inicialmente do lado das forças de recalçamento, para em seguida vir a ocupar a posição de recalçado. Ora, uma pergunta se impõe: o que é que se opõe ao “esforço por ser masculino” durante toda a vida de um homem e durante a fase fálica da mulher? Em outras palavras: o que é que ocupa dinamicamente e topicamente a posição do recalçado no homem durante toda sua vida e na menina durante a fase fálica?

A resposta poderia ser simples e óbvia se pudesse haver em Freud alguma possibilidade de afirmação da precedência da feminilidade em relação à masculinidade. Basta, no entanto, lembrar que em momento algum de sua obra a feminilidade pôde ser vista como primária para que nos apercebamos da dificuldade gerada por tal pergunta. Dizer que “o esforço em ser masculino” se opõe, desde o início, ao desejo de feminilidade ou às pulsões com fim passivo implicaria necessariamente a aceitação de algo feminino e passivo anterior à posição masculina, ativa e fálica. Nada mais improvável em se tratando de Freud, mesmo quando a própria coerência de seu pensamento vem exigir

tal aceitação. O imperativo da negação, que é na verdade o imperativo do recalçamento, é, neste caso, bem superior às exigências da razão. Tomemos o seguinte parágrafo como indício desta força recalçante que transparece tantas vezes na obra de Freud:

“Como se verá pelo que eu disse, em ambos os casos foi a atitude própria ao sexo oposto que sucumbiu à repressão. Já afirmei em outro lugar (‘Uma criança é espancada’) que foi Wilhelm Fliess que chamou minha atenção para esse ponto. Fliess inclinava-se a encarar a antítese entre os sexos como a verdadeira causa e a força motivadora primeva da repressão. Estou apenas repetindo o que disse então ao discordar de sua opinião, quando declino de sexualizar a repressão dessa maneira - isto é, explicá-la em fundamentos biológicos, em vez de puramente psicológicos.”¹³

Esse parágrafo já seria suficientemente desconcertante se levássemos em conta que, ao falar de recalçamento da feminilidade no homem e da masculinidade na mulher, a afirmação que acabara de ser feita sobre igualdade entre homens e mulheres quanto ao repúdio da feminilidade, perde totalmente o sentido. Desconcertante ainda, se considerarmos que, no caso do homem, o repúdio da feminilidade, só poderia ser “egossintônico desde o início” se houvessem fundamentos biológicos que garantissem ao eu uma sintonia com o sexo anatômico. Mas são justamente os fundamentos biológicos da escolha do sexo que Freud recusa nesse mesmo parágrafo! E por uma razão muito evidente: se a bissexualidade fosse biológica, como pretendia Fliess, a feminilidade tanto quanto a masculinidade estariam presentes desde o início e não somente a partir da puberdade como queria Freud em se tratando da feminilidade; nada asseguraria então a precedência do masculino sobre o feminino;

um menino poderia nascer com predominância de fatores femininos (períodos de 28 dias em vez de 23) da mesma forma que nada garantiria à menina ser, do ponto de vista psicológico, sempre inicialmente um menino. Esse parágrafo já seria então suficientemente desconcertante, mas ele se torna demasiadamente desconcertante quando comparado às seguintes afirmações que dele se encontram a poucas linhas de distância:

“Freqüentemente temos a impressão de que o desejo de um pênis e o protesto masculino penetraram através de todos os estratos e alcançaram o fundo, e que, assim nossas atividades encontram um fim. Isso é provavelmente verdadeiro, já que, para o campo psíquico, o campo biológico desempenha realmente o papel de fundo subjacente. O repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico, uma parte do grande enigma do sexo.”¹⁴

Eu diria que afirmar, neste ponto preciso de sua obra, que “o repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico” após ter dito exatamente o contrário algumas linhas antes é, de uma só vez, uma parte do grande enigma que é a teoria sexual de Freud e mais uma evidência do extravio ao qual a mesma foi submetida.

· *O extravio biologizante da sexualidade em Freud e A revolução copernicana inacabada* são títulos de dois livros recentes de Laplanche.¹⁵ As idéias de extravio e inacabamento são de fato inevitáveis quando se busca fazer justiça ao pensamento de Freud. Mas não se trata de extravio e inacabamento no sentido banal. Não se trata de dizer, simplesmente, que toda obra que se constrói no espaço de uma vida apresenta inevitavelmente evoluções e mudanças de direção; nem tampouco de constatar que a obra é inacabada porque ela poderia ser, e efetivamente seria, continuada se o autor não tivesse morrido. Trata-

se, na verdade, de dizer que a obra poderia não ter se extraviado da inspiração fundamental que a fez surgir e que assim ela poderia ser acabada, poderia atingir o fim adequado e coerente com a exigência inicial que a originou. Laplanche, no entanto, reconhece no extravio e no conseqüente inacabamento da obra de Freud o efeito do próprio objeto de seu estudo: o teorizar sobre o inconsciente não é imune aos efeitos do inconsciente.

O extravio adquire assim um poder inusitado de confirmação da existência e eficácia do inconscien-

O teorizar sobre o inconsciente não é imune aos efeitos do inconsciente.

te. Ele aparece como uma espécie de encenação do efeito do inconsciente no próprio texto que pretende teorizá-lo. Um outro se insinua no texto que o autor escreve sobre o outro. Mas essa insinuação não se faz jamais sem implicar a ação do que se opõe ao outro, sem a oposição do eu, portanto. Na obra de Freud o conflito psíquico é teorizado ao mesmo tempo que encenado, numa espécie de mimetismo do pensamento com relação a seu próprio objeto. *A obra de Freud não pode então apenas ser lida, é preciso também escutá-la.*

Para Laplanche, a alteridade radical do sexual é o fio perdido pelo extravio biologizante de Freud. A revolução copernicana de Freud é assim condenada ao inacabamento já que, pelo biológico, a alteridade enquanto descentramento radical é recusada. Que esta alteridade recusada tanto na obra como no ser humano seja sempre uma alteridade sexual feminina é uma idéia que está presente em Jacques André e que eu tento levar às últimas conseqüências. Seja no sentido de propor a recusa da feminilidade como elemento onipresente no pensamento de Freud, seja no sentido de formular a hipótese de um desejo de castração como elemento invariavelmente presente no inconsciente do menino, seja ainda pela imprudência de supor que a auto-análise de Freud se interrompeu ao se deparar com as origens femininas da sexualidade e do inconsciente.¹⁶

Desconhecedor de seu extravio e, obviamente, daquilo que o determina, Freud se torna inevitavelmente enigmático em suas contradições e impasses. Tendo sido por ela devorado, ele se confunde com a Esfinge.

Ora, eis aí então, mal dissimulado pela denúncia das contradições de seu pensamento, meu desejo desconcertante de lhe tomar o lugar; o lugar de Édipo, decifrador de enigmas, exterminador de Esfinges... parricida.

Carta aberta ao pai da psicanálise por ocasião do quinquagésimo-sexto aniversário de sua morte

Belo Horizonte, 23 de setembro de 1995

Caro Sigmund Freud,

“Não é a antítese entre os sexos a verdadeira causa e a força motivadora primeva do recalçamento como afirma Fliess. No homem como na mulher é sempre a

feminilidade que sofre o recalçamento. Quero dizer, é sempre a atitude própria ao sexo oposto que sucumbiu ao recalçamento, mas por razões psicológicas e não biológicas, já que psicologicamente todo mundo é inicialmente homem. Aliás, em última instância, é por razões biológicas que tanto homens quanto mulheres repudiam a feminilidade, donde se conclui que apenas a masculinidade é biológica nos homens e nas mulheres. De fato, a feminilidade só é biológica nas mulheres, e a partir da puberdade. É por isso que, ao contrário do que pensa Ferenczi, a análise não tem fim. Nenhum homem se convence que uma atitude passiva para com outro homem nem sempre significa castração e nenhuma mulher se deixa persuadir que seu desejo de ter um pênis é irrealizável. Adler estava errado, mas o protesto masculino existe, embora ele seja na verdade o complexo de castração. Devemos então nos consolar com a certeza de que demos à pessoa analisada todo incentivo possível para reexaminar e alterar sua atitude para com esse repúdio da feminilidade.

Tens aí uma caricatura cruelmente fiel das conclusões sobre o alcance da análise a que chegaste no último capítulo daquilo que poderia bem ter sido teu último texto: *Análise terminável e interminável*.

Nenhum homem se convence que uma atitude passiva para com outro homem nem sempre significa castração e nenhuma mulher se deixa persuadir que seu desejo de ter um pênis é irrealizável.

Elas me parecem mais do que contraditórias: elas são absurdas. Schreber me parece infinitamente mais coerente.

Fliess e Ferenczi, dois de teus ex-amigos paranóicos, foram aí lembrados e mais uma vez tomaste com relação a eles a devida distância. Um deles, foi com quem partilhaste cada passo, cada revelação de tua auto-análise e, por muito tempo, foi também o objeto de teu investimento homossexual. O outro, foi a quem recusaste a proposta de uma análise mútua. Justificaste essa recusa dizendo-te livre, desde a superação do caso Fliess, da necessidade de uma total abertura da personalidade, justamente o que, de ti, reclamava Ferenczi.¹⁷ A este último disseste ainda, na mesma ocasião, que o investimento homossexual retirado a Fliess servira-te a fortalecer teu próprio eu; tiveras êxito onde o paranóico fracassou. Escrevias então teu texto sobre o Presidente Schreber.

Nesse mesmo último capítulo do qual me ocupo aqui, falando de tua própria experiência, disseste que “Ferenczi estava pedindo muito” ao colocar como requisito de uma análise bem sucedida a superação do repúdio da feminilidade. Ferenczi, o terapeuta incorrigível¹⁸, queria curarte de tua desconfiança dos homens¹⁹ e assim levar-te ao fim do que, segundo tua própria avaliação, se interrompera de forma traumática em

tua relação com Fliess. Como toda criança²⁰, ele de fato pedia demais.

Seria apenas coincidência que Fliess e Ferenczi tenham sido mencionados justamente neste último capítulo de teu texto sobre a terminabilidade da análise, onde conferes à recusa da atitude passiva para com outro homem o status de obstáculo intransponível de toda análise de um homem? Falas aí de ti? de tua análise inacabada? de tua obra comprometida com um intransponível e patético protesto masculino?”

NOTAS

1. Cf. J. Lacan, *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 251.
2. Muitas das idéias sobre a teoria do eu que serão expostas neste texto são oriundas da constante interlocução com Maria Teresa de Melo Carvalho, autora do livro *Paul Federn: une autre voie pour la théorie du moi*, Paris, PUF, 1996.
3. Adotamos aqui a tradução proposta por Laplanche e Pontalis, que vêm no termo *elaboração* uma tradução inadequada do termo alemão *Durcharbeitung*.
4. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud (ESB), Rio de Janeiro, Imago, vol. XIV, p. 277.
5. Para um aprofundamento sobre a teoria da sedução generalizada e sobre as idéias de Jacques André, remetemos o leitor aos seguintes livros, respectivamente: *Novos fundamentos para a psicanálise*, Ed. Martins Fontes, e *As origens femininas da sexualidade*, Jorge Zahar Editor.
6. Cf. J. André, op. cit., p. 122 (tradução do autor).
7. Cf. J. Laplanche, *Vida e morte em psicanálise*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
8. “Identity and sexuality: a study of their interrelationship in man”, *Journal of the American Psychoanalytic Association*, IX, n° 2, p. 179-260.
9. Para um comentário do mesmo à luz da teoria da sedução generalizada, ver o seguinte artigo de minha autoria: “Identité et séduction chez Heinz Lichtenstein”, *Psychanalyse à l'Université*, Vol. 18, n° 72, 1993, Paris, PUF.
10. ESB, vol. XII, p. 198.
11. ESB, vol. XII, p. 198.
12. ESB, vol. I, p. 340.
13. ESB, vol. XXIII, p. 285-286.
14. ESB, vol. XXIII, p. 287.
15. J. Laplanche, *Le fourvoiement biologisant de la sexualité chez Freud*, Paris, Synthélabo, 1993. *La révolution copernicienne inachevée*, Paris, Aubier, 1992.
16. A este respeito remeto o leitor a dois artigos de minha autoria: “L'identification à la femme et le désir de castration dans un rêve de Freud”, *Psychanalyse à l'Université*, vol. 15, n° 59, 1990, p. 31-50; “Oedipe et castration selon le Petit Hans”, *Psychanalyse à l'Université*, vol. 18, n° 70, 1993, p. 47-70.
17. Cf. cartas 168, 169, 170, 171, 172 e 173, in *Sigmund Freud, Sándor Ferenczi: Correspondance*, vol. I, Paris, Calmann-Levy, 1992.
18. Forma como Ferenczi se autodenomina em sua carta 173.
19. Ferenczi, em sua carta 173, se diz inconformado com o fato de Freud estender a todo o gênero masculino sua desconfiança, em parte justificada pelo episódio com Fliess.
20. Freud acusa Ferenczi de ter mantido uma postura infantil durante a viagem que fizeram à Sicília.